

19/7/98 OESP 719 A1, A14 e 15

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,00
Demais Estados: ver
tabela na página A4

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

EDIÇÃO FINAL

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

ANO 119 DOMINGO Nº 38.259
SÃO PAULO, 19 DE JULHO DE 1998

Francisco Mesquita (1927-1969)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)



Povo da floresta – Índios corubos, que têm contato com a Funai desde 1996, embarcam em canoa no Vale do Rio Javari; bastante primitivos, para a caça, utilizam uma zarabatana tosca, para a guerra, contam apenas com bordunas, por isso passaram a ser conhecidos como “caceteiros”

Tribo dos corubos ainda é mistério

LOURIVAL SANT'ANNA
Amazonas

“Ifan, ubi-boa-nec-tchó!” Um membro da Frente de Contato diz: “Até a fala deles bota medo na gente”. O chefe da equipe, Carlos Henrique Nantes, pega a espingarda e entra no bote, com um colega da Funai e os dois intérpre-

tes, Ivã e Tepi, da tribo matis. Atravessam a confluência dos Rios Ituí e Itaquai e vão tentar convencer os corubos a não ir embora ainda e a esperar o barco da Funai trazendo medicamentos para malária e vacina contra febre amarela e hepatite B – os primeiros remédios de branco que tomam. Ainda se sabe muito pouco

dos corubos. O contato começou em outubro de 1996. A Funai estima que o grupo seja parte de uma tribo maior, encerrada na selva. Esses e outros índios isolados e mais 11 etnias conhecidas habitam a Terra Indígena Vale do Javari, megarreserva no sudoeste do Estado de Amazonas. Os corubos são os únicos dos (estimados)

seis grupos étnicos de índios isolados do Javari com os quais a Funai iniciou contato. Eles são nômades. Andam muito, do Rio Ituí até o Quixito. Têm várias malocas espalhadas pela área. Para a guerra, usam apenas bordunas, que lhes valeram a designação de “caceteiros”; para a caça, uma zarabatana tosca. **Págs. A14 e A15**

DESP
19/7/98 A-14 cont.
719

QUESTÃO INDÍGENA

Brasil destina 11% do território aos índios

As áreas estão estrategicamente localizadas, abrigam grandes riquezas naturais e, juntas, são maiores do que a soma dos territórios da Alemanha e da França

LOURIVAL SANT'ANNA
Enviado especial

BRASÍLIA - O Brasil está destinando 11% de seu território para uso exclusivo dos 330 mil índios. Nos 89% restantes devem ser acomodados os outros 161,5 milhões de brasileiros. As terras indígenas ocupam 20% da Amazônia Legal e 80% do Estado de Roraima, por exemplo, que abriga as reservas Ianomâmi e da Raposa. Juntas, as terras indígenas brasileiras são maiores do que a soma dos territórios da França e da Alemanha.

Parte das terras está estrategicamente localizada na vasta e descoberta fronteira brasileira. Elas abrigam porção substancial das riquezas naturais do planeta. Quarenta reservas biológicas sobrepõem-se a terras indígenas. Por exemplo, a Reserva Ianomâmi é também um parque nacional. Como a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem mais estrutura que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a fiscalização ambiental é muito mais eficaz nas terras indígenas do que nas simples reservas ecológicas.

As demarcações de terra assumiram ritmo frenético no governo de Fernando Henrique Cardoso. Até 1995, havia cerca de 300 mil quilômetros quadrados registrados como posse definitiva dos índios (ver quadro). Desde que o presidente assumiu, outros 284 mil foram registrados. Desses, 230 mil nos 11 meses de gestão do presidente da Funai, Sulivan Silvestre de Oliveira.

Com a homologação, ainda este ano, dos 85 mil quilômetros quadrados do Vale do Javari, res-

tarão pouco mais de 200 mil para regularizar a posse de todas as terras identificadas como indígenas pela Funai. A meta estará sendo cumprida com atraso. A Constituição de 1988 deu prazo de cinco anos para a regularização.

Os índios têm língua, religião, cultura, economia e sistema de poder próprios. "Falta só território para tornarem-se Estados dentro do Estado", adverte um militar de alta patente, que não quis se identificar. Pela lei, a União mantém o domínio das terras. Mas é a política do governo não fazer nada sem a anuência das comunidades.

O Brasil é o único país onde existem habitantes que ainda não tiveram contato com o Estado - ou simplesmente com a civilização. A Funai cataloga cerca de 60 "referências" de índios isolados no Brasil. Está confirmada a existência de pelo menos 50 grupos. Há 12 frentes de contato como a que a reportagem do Estado visitou na confluência dos Rios Itaqui e Itui (veja na página 15).

A Funai está encarregada da saúde, da educação, das atividades produtivas e da proteção dos índios, da fiscalização das terras contra a ação de madeiros, garimpeiros, caçadores e pescadores comerciais. A saúde preventiva foi terceirizada para a Fundação Nacional de Saúde. A Funai continua com a parte curativa e contrata serviços das prefeituras.

Há 70 mil índios nas escolas, geralmente nas próprias aldeias. O ensino fundamental está a cargo das prefeituras, mas a Funai presta apoio, arcando com os custos da capacitação de professores bilingües - índios que ensinam português em suas aldeias.

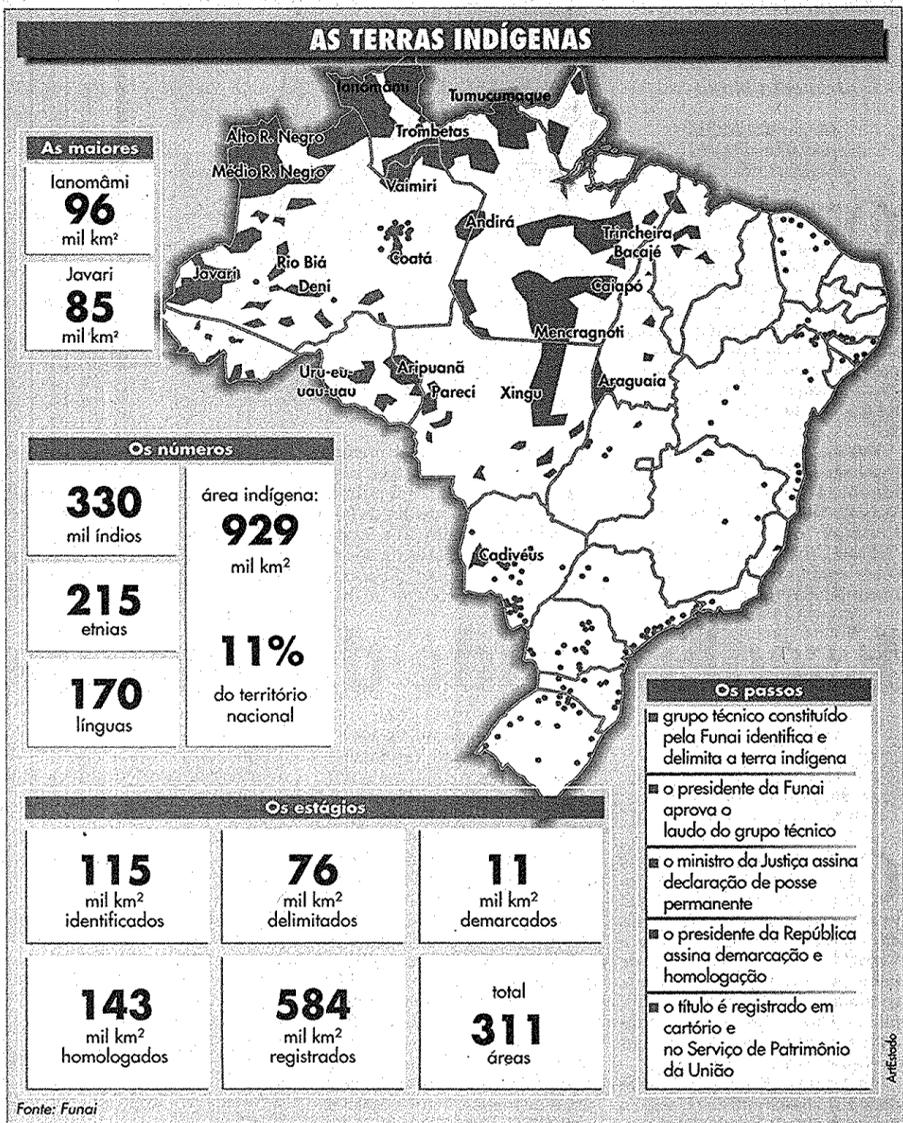
Há índios nos mais diversos estágios. Em Roraima, por exemplo, os índios macuxis criam gado e comem comida de branco. Outros, como os Ianomâmis, ainda que relativamente aculturados, conservam a dieta indígena, normalmente composta de peixes, caça, frutas, farinha de mandioca e arroz.

A Funai, às vezes, dá comida. Segundo o coordenador de Assistência da Funai, Otacílio Antunes, o programa Comunidade Solidária tem beneficiado as aldeias, com cestas básicas diferenciadas para os índios. Além disso, a Funai fornece roupas, ferramentas, espingardas, redes de pesca e rabetes (pequenos motores de popa).

Segundo Aureo Faleiros, coordenador de Assuntos Fundiários da Funai, a auto-sustentação dos índios deve ser buscada com projetos de exploração de baixo impacto ambiental e ecoturismo. Prefeituras no Sul do País estão fazendo parcerias com aldeias para explorar o turismo. No Maranhão, a agenda cultural incorporou festividades indígenas. Na Feira de Exposição Agropecuária de Goiânia, no ano passado, pela primeira vez havia uma barraca de artesanato dos índios do Estado. Foi um sucesso.

Mas há um longo caminho a ser trilhado até a auto-sustentação plena, na qual a Funai abandonaria o papel de provedora.

GOVERNO
FERNANDO
HENRIQUE
FAZ
DEMARCAÇÕES
EM RITMO
FRENÉTICO



“O desafio agora é tornar essas terras produtivas”

O presidente da Funai defende a exploração da madeira e dos minérios nas áreas demarcadas

BRASÍLIA - Depois da demarcação das terras indígenas, o próximo desafio é torná-las produtivas. É o que afirma o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sulivan Silvestre de Oliveira, em entrevista exclusiva ao Estado. O órgão, segundo ele, precisa abandonar o paternalismo e estimular os índios a se sustentarem. Para isso, Oliveira propõe o fomento da agricultura e a exploração criteriosa da madeira e dos minérios. Ex-procurador da Justiça de Goiás, Oliveira, no cargo há 11 meses, explica que os índios respondem civil e penalmente por seus atos - desde que entendam seu significado. Defende a inclusão dos índios na sociedade tecnológica, "em harmonia com sua cultura", e o contato da Funai com os grupos isolados.

Estado - O contato com os índios isolados é necessário?

Sulivan Silvestre Oliveira - Sim. Não se pode esquecer do contexto nacional, que aponta a interiorização do Brasil. Se a Funai não fizer o contato, alguém fará: ou o próprio Estado, sem muita vocação, os garimpeiros, os exploradores... Há projetos de colonização agrícola e de desenvolvimento, há municípios em expansão. Não se pode manter aquela etnia intacta perpetuamente. É importante o contato, mas com muita cautela. A presença de um não-índio em determinado momento pode levar à extinção de uma etnia, por causa da vulnerabilidade do sistema imunológico. O cuidado deve ser extremo, para não fazer desse contato uma catástrofe.

Estado - Uma vez demarcadas as terras indígenas, o governo passará a preocupar-se com aspectos qualitativos, como a auto-sustentação dos índios?

Oliveira - São papéis do Estado demarcar as terras, preservar a cultura dos índios e fomentar sua auto-sustentação. A demarcação é fundamental, porque, sem ela, há conflitos com posseiros, madeiros, garimpeiros e com o próprio Estado. Depois de demarcadas, o

desafio é tornar essas terras produtivas, de acordo com a vocação de cada etnia, para que os índios não fiquem dependendo da Funai para sobreviver. Não adianta só dar terra. A terra é um ônus, se eles não tiverem como viver.

Estado - A Funai estaria prestes a abandonar o paternalismo?

Oliveira - Sim, a Funai está abandonando antigos papéis, não só o paternalista e assistencialista, mas também o integracionista. A Constituição de 1988 determina a preservação da identidade cultural e o reconhecimento da autonomia e da capacidade dos índios. Não se trata mais de buscar a integração, com caráter de absorção. Temos 330 mil índios vivendo em 11% do território nacional em estado de miserabilidade total, sabendo que sob essas terras temos a maior riqueza de jazidas mineiras e, sobre elas, a maior riqueza de biodiversidade do planeta. Isso tem de mudar. Não podemos deixar os índios miseráveis, sem explorar as riquezas das terras deles. Estaríamos usurpando seu direito de usufruto exclusivo.

Estado - E como os índios poderão se auto-sustentar?

Oliveira - Para os que têm vocação para a agricultura, é preciso estimular a produção, por meio de um banco de fomento que possa garantir financiamentos. Vale também uma discussão mais profunda sobre a exploração florestal das terras indígenas. É preciso permitir a exploração, mas desde que haja uma legislação rígida, para compatibilizá-la com a preservação do ambiente e garantir que os recursos voltem para as comunidades.

Estado - Os índios ficariam sujeitos às mesmas normas ambientais que os brancos?

Oliveira - Sim, será preciso ter projeto de manejo florestal sustentado, submeter a estudo prévio de impacto ambiental e fiscalização da Receita. Cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) orientar e à Funai dar assistência. No Pará, por exemplo, estamos aproveitando a castanha.

Estado - E os minérios?

Oliveira - A Constituição de 1988 permite a mineração em terra indígena. Cabe ao Congresso Nacional regulamentar a forma. Eu



Matis no Vale do Javari: "As aldeias parecem ter parado no tempo"

sou favorável, desde que se tenha controle. Não sou favorável ao garimpo. Mas, com uma mineração racional, você pode ter impacto pontual, de pequena significância.

Estado - Os índios poderiam ser mão-de-obra?

Oliveira - Sim, e poderiam criar sua própria associação para exercer a mineração. Primeiro, seria necessária a anuência das comunidades indígenas, respeitando sua autonomia. Se não quiserem, arquivase o projeto. Segundo, uma avaliação criteriosa, por meio de laudos antropológicos da Funai, para verificar se o estágio de aculturação permite naquele momento o ingresso de empresários ou de terceiros para exercer a mineração. Terceiro, o Ibama teria de verificar os projetos e os estudos de impacto ambiental. Teríamos, ainda, uma avaliação do próprio Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A crítica que faço ao projeto do senador Romero Jucá (de abertura das terras indígenas à mineração) é que não prevê esses cuidados.

Estado - Os índios devem ser mantidos em estágio primitivo?

Oliveira - Quem estiver em estágio de aculturação avançado, deve ter, em harmonia com sua cultura, acesso à tecnologia, à educação, a direitos sociais, num processo natural de interação - não absorção de uma cultura pela outra. Foi um grande mal excluir os índios do

acesso à tecnologia. As aldeias parecem ter parado no tempo.

Estado - Do ponto de vista legal, o que diferencia um índio de um cidadão?

Oliveira - Teríamos de analisar dois aspectos: um civil e outro penal. A Constituição trata o índio como cidadão brasileiro, só que com determinada cultura especial, que cabe a todos os demais brasileiros respeitar e preservar. Do ponto de vista dos direitos e deveres, praticamente não há diferenciação entre o índio e o cidadão comum. No aspecto penal, embora exista interpretação errônea da sociedade e dos juristas, o índio responde por todos os atos que possam se caracterizar como ilícitos penais. Se o índio vem à cidade e mata ou estupra alguém, rouba ou pratica qualquer crime, ele não é inimputável. Ele responde ao processo, pode ser preso e condenado. O que acontece, na prática, é que ele pode cumprir a pena na própria aldeia - como no caso de Paulinho Paiaçã - ou na Casa do Índio.

Isso porque o índio que fica preso numa cela, sem ver o céu, tem reação absolutamente diferente da nossa. Pode levá-lo até ao suicídio.

Estado - E no caso dos índios isolados, por exemplo, que mataram um funcionário da Funai no Vale do Javari?

Oliveira - A Polícia Federal abriu inquérito. Mas há uma excluída de criminalidade prevista no

próprio Código Penal, quando uma pessoa não entende o caráter ilícito do ato praticado. Um índio isolado não tem capacidade de compreensão. A decisão é do juiz. Na prática, a própria polícia sequer tem condições de chegar no local, de fazer a identificação. É um mundo absolutamente diferente. Na maioria das vezes em que índios isolados encontram não-índios, eles matam. Matam por senso de proteção, por medo, porque muitos foram exterminados.

Estado - E no aspecto civil?

Oliveira - Temos de verificar o estado de aculturação de cada sociedade indígena. Os que já têm perfeita compreensão da língua portuguesa, carteira de identidade, e já estão interagindo com a sociedade, realizam negócios, trabalham, são funcionários, não têm diferença nenhuma em relação a qualquer indivíduo brasileiro. Estão regidos pela legislação como um todo. Naturalmente, os que estão num estágio de aculturação muito primitivo, não falam a língua portuguesa, ou têm dificuldade de compreender o nosso mundo, e que nem têm muitos contatos com a sociedade, são mais assistidos pela Funai, que os representa nas realizações de negócios etc.

Estado - Os índios podem escolher entre trabalhar na cidade e voltar à aldeia, onde têm proteção do Estado, enquanto a maioria dos brasileiros não tem quando nem respaldo algum. Quando o índio deixa de ser índio?

Oliveira - Nunca. Segundo a Constituição, nunca podemos dar tratamento igual. Ainda que seja um índio urbano. O Estado deve preservar a cultura. Por isso nós damos educação bilingüe. Ao mesmo tempo em que ele recebe ensinamento da língua portuguesa e do nosso mundo, aprende a preservar a sua língua, a sua tradição e os seus costumes. É lógico que ele perde a proteção quando sai da aldeia. A assistência do Estado não deve ser para o índio individualizado, mas coletiva, para a terra indígena e a comunidade que lá vive. O Estado tem de garantir a saúde, a educação, a sobrevivência, o transporte. Mas acho que é exatamente esse papel de assistencialismo que deve mudar, para não criar a chamada figura do privilegiado. O Estado deve estimular o trabalho dos índios.

Estado - Como o senhor vê o problema das interferências de entidades religiosas em terras indígenas, tendo em vista o lobby

forte que os evangélicos, particularmente, têm no Congresso?

Oliveira - Tenho visto com muita atenção, mas não posso distinguir as missões evangélicas somente. Tenho que ver num contexto maior. O que falta ao governo brasileiro é o controle sobre entrada e permanência, não só de missões religiosas, mas também de pesquisadores e ONGs, incluindo as estrangeiras, que ingressam, muitas vezes, com interesses escusos, para fazer biopirataria, para explorar o conhecimento dos índios e o subsolo, e isso é muito grave. Podem entrar com doenças infecto-contagiosas. Já temos casos de aids na reserva dos anhembi. Quem levou isso para lá? Tenho sido criticado por organizações não-governamentais e entidades religiosas, por defender que ninguém pode entrar em terras indígenas sem autorização da Funai. Também não é só autorizar a entrada, mas temos de ter uma portaria mais rígida - e essa é minha intenção - para regulamentar convênios entre a Funai e essas instituições. Querem entrar com que finalidade? Geralmente, o maior argumento é dar assistência à saúde. Vamos estipular prazo do convênio e terá de ter anuência da comunidade. Haverá fiscalização, antropólogos da Funai para acompanhar e prestação de contas. As benfeitorias serão, no fim do convênio, se não for prorrogado, incorporadas ao patrimônio, em benefício da comunidade. Hoje, esses critérios não existem.

Estado - As entidades dizem que quem tem de dar autorização são os índios...

Oliveira - Olha, é muito fácil persuadir, no toma-lá-dá-cá. Ingressam e querem substituir o Estado. Muitas vezes colocam as próprias comunidades contra a Funai, que acusam de não dar assistência, etc. Nós não podemos deixar entrar missões religiosas, sejam católicas ou evangélicas, que dizem para os índios: "Olha, o seu deus não presta, o que presta é esse deus"; convertem o índio em pastor, depois começam a cobrar o dízimo, criam templo ou igreja. Isso vai descharacterizando, e cabe ao presidente (da Funai) preservar a cultura deles. Muitas vezes, têm um trabalho assistencial muito bom, que deve ser preservado, mas com limites. Temos de suprir nossas carências com parcerias, com Estados, municípios e com ONGs sérias que podem ajudar, mas sob a supervisão da Funai. (LS.)

19/7/98
7/19
OES
A15 cont.

QUESTÃO INDÍGENA

Área de reserva era região de extrativismo

Terra Indígena Vale do Javari, onde a Funai mantém frente de contato, acaba de ser delimitada

LOURIVAL SANT'ANNA
Enviado especial

AMAZONAS - "Ifan, ubi-boá-nec-tchó!" O grito de Xic-xu atravessa o rio e ecoa na floresta: "Ivã, eu vou lá para cima!" Xic-xu e o pequeno grupo de índios isolados que ele e sua mulher Maiá lideram estão aflitos. O motivo vê-se nos seus gestos de se coçar e bater as mãos espalmadas por todo o corpo: o mosquito pium ataca.

"Até a fala deles bota medo na gente", diz um membro da Frente de Contato, para emendar, sem tirar os olhos do binóculo, com um misto de temor e admiração: "Se você olha de perto, os dentes deles são perfeitos, não têm uma cárie."

O chefe da Frente de Contato, Carlos Henrique Nantes, pega a espingarda e entra no bote, com um colega da Fundação Nacional do Índio (Funai) e os dois intérpretes, Ivã e Tepi, da tribo matis. Atravessam a confluência dos Rios Ituí e Itaquai e vão tentar convencer os corubos a não ir embora ainda, a esperar o barco da Funai, trazendo medicamentos para malária e vacina contra febre amarela e hepatite B - os primeiros remédios de branco que tomarão.

É um momento definidor no imprevisível relacionamento entre a Frente de Contato e os índios, que há um ano mataram um dos principais membros da equipe da Funai. Os 15 índios corubos têm de escolher: subir ao longo do Itaquai, para ficar livres do pium - "o que come a pele", em tupi, e pode afetar a visão - ou confiar no branco, que diz ter meio de espantar a febre e aliviar a coceira. A conversa prolonga-se, no início de tarde de domingo. Corubos e matis animam-se, soltam gargalhadas, enquanto os dois brancos parecem um pouco alheios. Meninos e botos nadam no rio caudaloso.

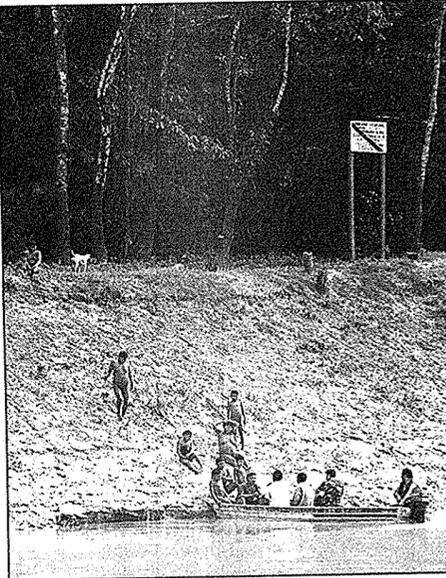
Os índios decidem ficar e aguardar os remédios. Uma menina está com malária e uma menina, com suspeita. Os funcionários da Funai conseguiram coletar sangue do menino. O exame deu positivo. A menina, depois de assistir ao que se passou com o menino, não deixou tirar sangue dela. Mas os olhos vermelhos denunciavam a malária.

O grupo é composto de cinco homens, quatro mulheres e seis crianças. Ainda se sabe muito pouco dos corubos. O contato começou em outubro de 1996. Então, eram 21. Não se sabe o que aconteceu com os outros. A Funai estima que esse grupo seja parte de uma tribo maior de corubos, encerrada na selva. Esses e outros índios isolados e mais 11 etnias conhecidas habitam a Terra Indígena Vale do Javari, megareserva no sudoeste do Estado do Amazonas, cuja delimitação acaba de ser assinada pelo presidente da Funai, Sullivan Silvestre Oliveira. Ainda este ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso assina a homologação.

Os corubos são os únicos dos (estimados) seis grupos étnicos de índios isolados do Javari com os quais a Funai iniciou contato. Da existência dos outros se sabe por vestígios encontrados na selva, por malocas avistadas de avião, ou por encontros, em geral violentos, com outros índios e com brancos.

Os corubos são nômades. Andam muito, do Rio Ituí até o Quixito (ver mapa). Têm várias malocas espalhadas pela área. A mais próxima está a um dia de caminhada da Frente de Contato da Funai, selva adentro. A equipe de dez integrantes atrai os corubos para a beira do rio com os chamados "brindes" - basicamente, banana pacovã (grande, das de fritar) e farinha de macaxeira (mandioca). Vez por outra os índios pedem instrumentos, como panelas, machados e facões. Pelos intérpretes, os membros da Funai combinam com os índios o próximo encontro. Tem havido um por semana, em média. "É o tempo de a voadeira vir de Tabatinga com o que eles pedem", diz Nantes.

Tepi, um dos intérpretes, é neto de Macã, que foi roubada pelos matis numa guerra com os corubos, muito tempo atrás. Macã ensinou a Tepi um pouco do vocabulário corubo. As duas línguas pertencem à mesma família, pano, e guardam semelhanças. "Eles falam misturado como os maiorunas", compara Ivã, referindo-se a



Os índios isolados corubos entram no barco da Frente de Contato para discutir sua permanência na confluência dos Rios Ituí e Itaquai; matis fazem o ritual maruim, em que, mascarados, chicoteiam crianças para espantar preguiça; habitantes da nova reserva do Vale do Javari

outro idioma pano. Às vezes, Tepi e Ivã têm de repetir e gesticular para se fazerem entender.

Os corubos são bem mais primitivos que os matis. Para a guerra, usam apenas bordunas, que lhes valerem a designação "caceteiros"; para a caça, uma zarabatana tosca. Já os matis têm arco e flecha e zarabatanas melhores. No leste do vale, há índios isolados "flecheiros".

Os corubos caçam caaitus (porcos-do-mato) com lança, catam jabutis, cultivam mandioca e uma batatinha roxa e doce. Mas não fazem roçado limpo. Cavam buracos no meio do mato e plantam. Comem também o coco pupunha. Às vezes, roubam das plantações e criações das cinco famílias de ribeirinhos que restam na área. "Eles vêm tudo isso aqui como sendo deles", explica Nantes, de 35 anos, na região desde 1989. A frente vai ao local, avalia os prejuízos e indeniza os brancos.

No contato realizado no domingo, 28, os corubos estavam desarmados. No dia 22 de agosto, ao contrário, eles empunhavam as bordunas. Os funcionários da Funai Raimundo Batista Magalhães, o Sobral, e Joaquim Santana Braga desceram do barco para deixar banana e farinha em cima do barranco. O plano era só depositar os brindes e voltar. Sobral, no entanto, resolveu tirar fotos. Fotografou um índio. Quando se viu para fotografar uma índia, o primeiro lhe desferiu um golpe na cabeça e em seguida no braço e no lado direito do rosto. Sobral caiu, ainda respirando, mas sangrando muito. Braga foi golpeado nas costas, mas conseguiu pular o barranco. Os companheiros da frente, que assistiam, do outro lado do rio, deram dois disparos para o alto. Os índios correram para dentro da mata.

"Quase morro também", suspira Braga. Ele aponta vários erros cometidos naquele dia. A única arma que levavam era um revólver, que Sobral nem teve tempo de sacar da cintura. "Os índios não respeitam arma pequena." Só se deixam impressionar por espingardas. A orientação, naquele estágio do contato, era apenas deixar os "brindes" na beira do rio. E nunca descuidar. Era de se prever que, na primeira chance, esses índios matariam um branco.

"Eles não sabem o que é Funai", explica Nantes. "Não diferenciam entre a gente e madeireiros e caçadores, que mataram parentes deles." A Funai estipula cinco anos, em média, para considerar consolidado o relacionamento com um grupo isolado. Há mais de 50 grupos isolados na Amazônia Legal e 12 frentes de contato.

No dia da morte de Sobral, estava de intérprete o índio maioruna Daniel - que também levou uma bordoadada nas costas. Os maiorunas não entendem os corubos tão

bem quanto os matis. Na verdade, ninguém sabe o motivo exato do assassinato de Sobral. Os intérpretes já tocaram no assunto várias vezes, mas os corubos desconversam: não se lembram, não sabem. "Para eles, matar o Sobral foi uma coisa corriqueira, natural", disseram ao Estado vários funcionários da Funai. O assassinato está lá, no meio deles. Os colegas e amigos de Sobral, que tinha mais de 20 anos de frente de con-

tato, têm de trabalhar com ele.

Os membros da frente não se embrenham pela selva. Ninguém sai sozinho da base. Revezam-se em plantões. O posto está instalado num barco ancorado e num sobrado de madeira flutuante. O rádio alcança Manaus e há uma televisão, com antena parabólica.

O Vale do Javari tem 16 aldeias. A Funai mantém postos em quatro delas. A menor aldeia conhecida tem nove índios. São os culinhas, que vivem na margem direita de um igarapé afluente do Rio Curuçá. Na maior, vivem cerca de 300 maiorunas, à margem direita do Jaquirana.

Uma aldeia típica é a dos matis,

carne mais tenra: matrinxã, tambaqui, surubim e jundiá. Do tucunaré, considerado nobre pelos brancos, os matis não fazem questão. Jacaré e boto, nem pensar.

O índio maioruna Benito, de 22 anos, vive na Aldeia Lobo, no igarapé de mesmo nome. Veio para Atalaia do Norte há cinco meses, para tratar-se de tuberculose. Sua aldeia tem cerca de 200 índios. Plantam mandioca, banana e batata. Caçam caaitu, anta, veado e macaco. Benito quer voltar quando estiver bom.

"Gosto daqui, mas precisa de dinheiro, e não tenho", explica. "Lá, não preciso comprar nada."

Mina - O Vale do Javari era a grande mina do extrativismo do sudoeste do Amazonas, antes de ser identificado como terra indígena e bloqueado pela Funai e pelo Ibama, com apoio da Polícia Federal. Os órgãos estimam ter eliminado 90% das atividades ilegais. O bloqueio foi erguido em 1996, quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreendeu mais de 21 mil metros cúbicos de madeira, incluindo mogno, ce-

cia Federal, o deputado Euler Ribeiro (PFL-AM) e o bispo do Alto Solimões, d. Alcimar Magalhães, irmão do maior madeireiro da região. A Funai não foi convidada. O governo procura explicar as razões da demarcação e justificar suas ações repressivas na área, enquanto acena com indenizações e programas de conversão econômica - do extrativismo para atividades produtivas.

"Não somos contra a demarcação, mas contra a injustiça de dar tanta terra para tão pouco índio", diz o madeireiro Rosário Galate, de Atalaia do Norte, que teve sua madeira apreendida e pagou multa de R\$ 250 mil em 1996. "O homem daqui não sabe trabalhar a não ser no extrativismo", analisa. "Agricultura e pecuária não dão resultado."

O madeireiro, que hoje vive de serrar toras trazidas por lenhadores, garante que há "um manejo natural" na floresta: "Quando o cedro cai, espalha milhares de sementes." O lenhador corta árvores na beira de um igarapé e segue para outra área. Só volta para lá dentro de 15 ou 20 anos. "A área é explorada há 50 anos e as árvores só têm aumentado", conclui Galate, na linha de argumentação da maioria dos brancos não-funcionários do governo na região. Fora da reserva, estão só 10% das madeiras da região, segundo Galate, em parte do Rio Quixito e num pequeno trecho do Itaquai.

"Mesmo nessas áreas, o governo cria problemas", diz ele. "Quem tem serraria, é tratado como marginal, é mais perseguido do que traficante."

"Falta honestidade do governo ao falar com a gente", denuncia Alvaro Magalhães, de Benjamin Constant, o maior madeireiro da região. "A Funai nunca nos procurou, nunca apresentou um ofício dizendo que lá era área indígena." Magalhães trabalhava com US\$ 1 milhão em estoque. Mostra as planilhas com a lista de financiamentos aos lenhadores. Total: US\$ 960 mil. Com a apreensão da madeira, Magalhães perdeu esse dinheiro. "Fiquei devendo para fornecedores, para o comércio e para o governo, em obrigações sociais." Estima que mais de 2 mil pessoas trabalhavam para ele.

Segundo o advogado Luiz Henrique Braz, de Benjamin Constant, há cerca de 60 pessoas presas em Tabatinga - na fronteira com a Colômbia - por envolvimento no narcotráfico. Os traficantes pagam R\$ 200 por quilo para levarem cocaína de Tabatinga e Benjamin para Manaus. A maioria acaba presa. O advogado afirma que o bloqueio do Vale do Javari fez crescer a criminalidade, a prostituição e a mendicância nas três cidades, que somam 85 mil habitantes.

O mais irônico é que foi o governo federal que incentivou a ocupa-

ção da região, trazendo imigrantes nordestinos do fim do século passado até a 2.ª Guerra Mundial. Os avós de Magalhães chegaram em 1915, como "soldados da borracha". Seu irmão, Alzenir, tinha 21 seringais quando morreu, em 1995. Magalhães mostra as escrituras.

Segundo o advogado Braz, existem na área centenas de títulos de finitivos, concedidos a partir de 1896. Diz que já foi procurado por oito proprietários de 20 fazendas, para entrar com processo de exclusão de suas propriedades da área indígena. Se a exclusão for rejeitada, o que o advogado considera mais provável, pedirá indenizações à Funai.

Magalhães afirma que extraía a borracha com financiamento do Banco do Estado do Amazonas. Em 1980, foi a vez de o Banco do Brasil emprestar dinheiro para a madeireira. Tanto ele quanto Galate insistem que não trabalhavam com máquinas, mas com machado e terçado (facão), em corte seletivo. Funcionários do Ibama e da Funai riram sarcasticamente ao ouvir essa versão. Garantem que eles usavam não só motosserras, mas tratores.

A demarcação do Vale do Javari interditou o acesso dos brancos aos melhores rios e lagos para a pesca. Restaram, saturados, o Javari e o Curuçá, que marcam a divisa da área indígena. "A gente não sabe qual vai ser nosso fim aqui", revolta-se João Vieira da Silva, presidente da Associação dos Pescadores da região, com 775 membros. "Pescamos para comer, ninguém vende."

É comum ouvir referências a uma vila de americanos na cabeceira do Ituí, com avionetas que entram e saem sem nenhum controle. Dizem que são evangélicos e prestam assistência aos índios marubos. Os moradores especulam se não fazem biopirataria e outros contrabandos. "Os americanos podem passar, nós não", conclui, amargo, o presidente da Associação dos Pescadores.

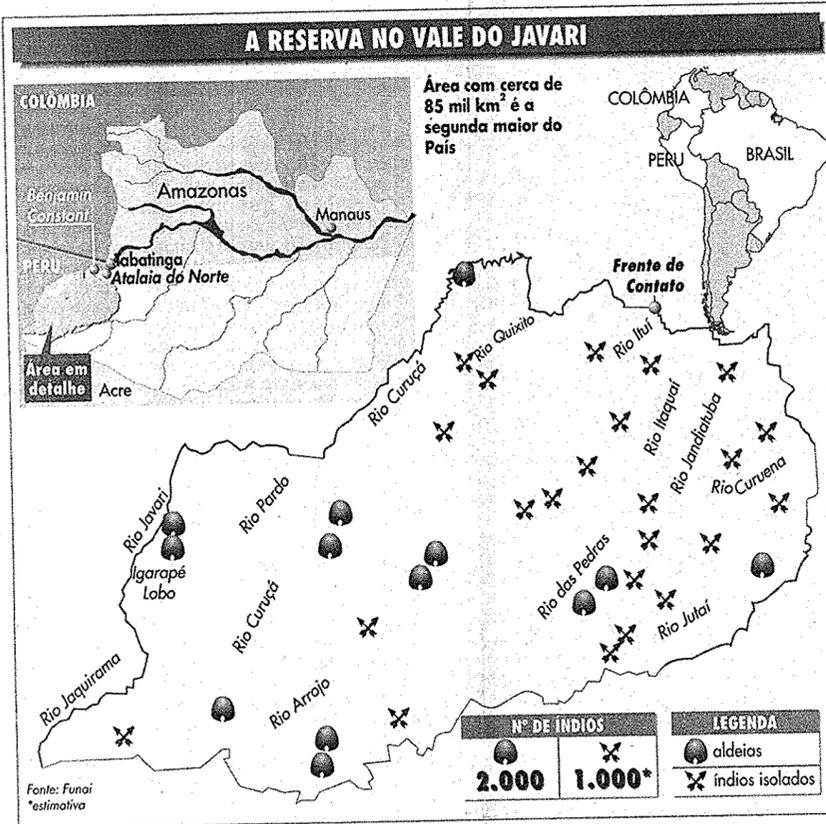
Getúlio Francisco da Silva, de 42 anos, morava na boca do Rio Branco, um braço do Itaquai. Plantava mandioca, milho e cana. Picava seringueira e cortava madeira. "A Funai chegou e disse que a gente não podia ficar mais." Silva não se adapta à vida na cidade de Benjamin. "Lá no interior é onde pobre pode criar filho", explica. "Aqui, tudo tem dono; se vai cortar um pé para comer, não pode."

A única saída para a região é trocar o extrativismo pela produção, avalia Erlând Gomes, chefe do Escritório Regional do Ibama, com sede em Tabatinga. O Ibama está incentivando a criação de tartarugas e peixes em represas. Fornece os animais e a assistência técnica, enquanto as prefeituras constróem as represas. A Prefeitura de Tabatinga está formando um viveiro de mudas dos frutos camu-camu (rico em vitamina C), aracá, cupuaçu e pupunha, para estimular a agricultura. Segundo o secretário municipal de Produção, o técnico agrícola Raimundo Zoroastro, as mudas estão tendo de ser adaptadas para os terrenos de várzea e charco, típicos de Tabatinga.

Inversão - Os índios já sentem pena dos brancos. "Estamos buscando meios para que os ribeirinhos criem suas associações e condições para sobreviver", diz Clóvis Marubo, coordenador-geral do Conselho Indígena do Vale do Javari. O Civaj está promovendo um "levantamento socioeconômico" para ver como os moradores da região podem sobreviver trabalhando fora da reserva. "Tem muita coisa, só que eles não sabem aproveitar", diz o marubo. "Se cassem em suas terras dentro da reserva, plantando e pescando, tudo bem, mas entram para explorar."

O Civaj recebe ajuda de vários organismos internacionais. A Terre des Hommes paga o telefone, a água, a luz e viagens. A Médecins sans Frontières forma agentes de saúde índios. A Friends of the Earth forneceu rádios para as 16 aldeias do Vale do Javari. O Civaj é uma das 56 integrantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Em seu escritório, em Atalaia, o Estado encontrou o único computador funcionando na região. A inversão não pára aí. "Quando construímos a Casa do Índio, em 1997, empregamos 40 pessoas", diz Clóvis. "Até hoje, todo dia vem gente aqui pedir emprego."

BLOQUEIO TIRA O SUSTENTO DOS RIBEIRINHOS



formada por duas malocas grandes, que abrigam cerca de 200 índios. Cada matis pode ter até duas mulheres. Cultivam mandioca, banana, milho, cará e pupunha. Sua festa mais característica é o maruim, em que adultos se pintam com carvão, cobrem-se com máscaras feitas de folhas e chicoteiam as crianças, para elas não terem preguiça. Na ocasião, tomam caçuma, bebida alcoólica feita de caldo-de-cana, mandioca ralada e cará e fermentada com saliva.

Os matis caçam com espingarda, flecha, cachorro e armadilha. Pescam nos lagos, com o veneno timbó. Os índios do vale não comem qualquer peixe. A abundância permite escolher dentre os de

dro e jacareúba.

Cerca de 80% da área dos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant passará a pertencer à reserva. Os madeireiros estão fadados. Os lenhadores, que trabalhavam para eles, perambulam pelas cidades, à cata de biscates. Muitos foram embora. Outros voltaram-se para o narcotráfico, nessa que é uma das fronteiras mais problemáticas do Brasil, na interseção com a Colômbia e o Peru.

Na quinta-feira, 25, cerca de 300 pessoas reuniram-se na Câmara Municipal de Benjamin Constant para discutir as consequências da demarcação. Estavam o presidente do Ibama, Eduardo Martins, representantes da Poli-

no, em obrigações sociais." Estima que mais de 2 mil pessoas trabalhavam para ele.

Segundo o advogado Luiz Henrique Braz, de Benjamin Constant, há cerca de 60 pessoas presas em Tabatinga - na fronteira com a Colômbia - por envolvimento no narcotráfico. Os traficantes pagam R\$ 200 por quilo para levarem cocaína de Tabatinga e Benjamin para Manaus. A maioria acaba presa. O advogado afirma que o bloqueio do Vale do Javari fez crescer a criminalidade, a prostituição e a mendicância nas três cidades, que somam 85 mil habitantes.

O mais irônico é que foi o governo federal que incentivou a ocupa-